

Memória do Seminário

Buen Vivir

uma proposta vinda da periferia do mundo

“O [conceito de] Buen Vivir, ao surgir de raízes comunitárias, não capitalistas, trás uma visão do mundo diferente da construção ocidental de civilização hegemónica. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante, assim como com os diversos socialismos reais que existiram até agora e as suas contradições intrínsecas.”... Alberto Acosta

8 e 9 de novembro

Lisboa

CIDAC

“Contraponto: leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão”

Para mais informações contacte-nos através do email: cidac@cidac.pt

Apoio:



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



Índice

Introdução	página 2
Sumak Kawsay, a busca de alternativas	página 4
A busca de alternativas no Equador	página 6
O papel da cidadania e da comunidade, práticas e experiências	página 8
Construir uma economia solidária	página 9
Entrevista a Alberto Acosta	página 12
Conclusões	página 18

Autoria: Andrea Duarte

Edição: CIDAC

Esta edição faz parte da produção de materiais no âmbito do projeto “Do Campo para o Prato, o direito à Alimentação e à Soberania Alimentar em debate” promovido pelo CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e pela Fundação Calouste Gulbenkian e apoiado pelo jornal Público.

Para mais informações contacte-nos através do email: cidac@cidac.pt

Licença Creative Commons: BY-NC-ND



Introdução

Um ano depois do Seminário "*Intervenções e Interdependências: a busca da coerência política para um Desenvolvimento emancipador*", com David Sogge, realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2012, o CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, organizou no Centro de Recursos do CIDAC, em Lisboa, nos dias 8 e 9 de novembro de 2013, o Seminário "*Buen Vivir, uma proposta vinda da periferia do mundo*", orientado por Alberto Acosta, no quadro do projeto "*Contraponto: leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão*", apoiado pelo Camões I.P. e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

O projeto teve como propósito desconstruir junto do grande público questões globais do desenvolvimento e promover posturas ativas de cidadania, "aprendendo a ler a realidade para intervir nela", promovendo uma série de seminários como parte de uma série de iniciativas destinadas a estimular o pensamento crítico e a ação cidadã transformadora através do conhecimento e do debate coletivo das propostas de pensadores reconhecidos internacionalmente.

Neste âmbito, realizaram-se os Seminários e Conferências com a presença de Serge Latouche (março de 2012) e Immanuel Wallerstein (fevereiro de 2013), além de outras ações de formação e debate. Ao longo destas atividades, as alternativas ao desenvolvimento - como o entendemos quando nos achamos integrados no sistema capitalista - têm sido analisadas sob perspetivas teóricas e práticas, abordando-se diversos pontos de vista sobre as mesmas.

Para Alberto Acosta, uma dessas alternativas vem da "periferia" (por oposição ao "centro", o Ocidente), de um conjunto de países que já foi apelidado de "quintal dos Estados Unidos da América", a América do Sul ou América Latina. A sua génese encontra-se nas palavras quechua¹ *Sumak Kawsay*, ou, em castelhano, *Buen Vivir*. Alberto Acosta vê como "ponto de partida a busca de alternativas ao neo-liberalismo", que associa a uma história de contínua "colonialidade do poder" marginalizadora de largas porções da população mundial.

No Equador, as comunidades indígenas, com uma cultura fortemente marcada pelo respeito pela Natureza e pela solidariedade e reciprocidade, têm estado envolvidas na luta política, alcançando uma grande projeção, juntamente com a esquerda e outros movimentos sociais, como o feminista. Perante estas mudanças e uma "crise sistémica relacionada com os ciclos do capitalismo", afirma Acosta, são necessárias alternativas democráticas e comunitárias, pautadas pela "harmonia entre os seres humanos" e pela "harmonia com a Natureza".

1 Nacionalidade e comunidade indígena dos Andes. A mesma palavra refere-se à língua utilizada pela comunidade, que é particularmente representativa na Bolívia e Equador.

Alberto Acosta, o professor e economista convidado para o Seminário, diplomou-se na Universidade de Colónia (Alemanha) e desempenhou funções como ministro da Energia e Minas e presidente da Assembleia Nacional Constituinte no Equador entre 2007 e 2008, tendo estudado, entre outros temas, a problemática da dívida externa do Equador. Neste momento, leciona na área de “Desarrollo, Ambiente y Territorio” na sede equatoriana da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais)².

Durante o Círculo de Leitura que se realizou antes (nos dias 19 e 26 de outubro de 2013) do Seminário "*Buen Vivir, uma proposta vinda da periferia do mundo*", daqui por diante referido como o Seminário, os e as participantes mostraram-se interessados em explorar os fundamentos teóricos, mas sobretudo, as práticas das experiências em prática no Equador, que o livro "*Sumak Kawsay – Buen Vivir, una oportunidad para imaginar otros mundos*"³ aborda. Estas experiências despertaram uma empatia entre o grupo de participantes, que expressou preocupações semelhantes às de Alberto Acosta no que toca à ecologia e aos limites do modelo de desenvolvimento atual, construído sobre o conceito do crescimento económico como fim último a alcançar.

No Seminário, orientado pelo professor e economista equatoriano, os cerca de 30 participantes contribuíram para um debate animado sobre as alternativas ao neoliberalismo e o caso equatoriano. Se, durante o primeiro dia do Seminário, o discurso de Acosta se centrou mais nos fundamentos teóricos e na génese do *Buen Vivir*, no segundo dia as perguntas e o professor dedicaram mais tempo a explorar as experiências equatorianas e de outras comunidades.

Após o Seminário, Alberto Acosta concedeu ao CIDAC uma entrevista, que está incluída nesta memória. O objetivo da entrevista foi o de esclarecer alguns pontos que suscitaram mais dúvidas durante o Seminário mas, igualmente, estabelecer uma ligação entre o orador e os leitores deste documento.

Integrado ainda no projeto “Contraponto”, realizou-se, a 7 de novembro, no auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, uma Conferência com Alberto Acosta, aberta ao público e dedicada à mesma temática e cuja gravação integral, assim como uma síntese com imagens editadas estão disponíveis no website do CIDAC⁴. Alberto Acosta concedeu ainda entrevistas ao jornal Público⁵ e ao portal Esquerda.net⁶.

2 <http://www.flacso.org.ec/>

3 Acosta, Alberto, "*Sumak Kawsay – Buen Vivir, una oportunidad para imaginar otros mundos*", Icaria Editorial (Espanha), 2013. Esta obra encontra-se disponível para consulta no [Centro de Documentação](#) do CIDAC

4 [Dossies de Informação CIDAC](#)

5 <http://www.publico.pt/mundo/noticia/correa-trocou-o-socialismo-do-seculo-xxi-pelo-extractivismo-do-seculo-xxi-1612694>

6 <http://www.esquerda.net/artigo/alberto-acosta-%E2%80%99Co-movimento-ind%C3%ADgena-trava-o-neoliberalismo-no-equador%E2%80%9D/30228>

Sumak Kawsay, a busca de alternativas

O *Sumak Kawsay* afigura-se como “um princípio que, partindo de uma configuração indígena, é válido muito além das povoações indígenas e do Equador”, defende o sociólogo português Boaventura Sousa Santos no prefácio do livro de Acosta, “*Sumak Kawsay – Buen Vivir, una oportunidad para imaginar otros mundos*”. Para o professor da Universidade de Coimbra, é “um princípio próprio do século XXI, do século que começa com a entrada na agenda política mundial dos limites ecológicos ao desenvolvimento capitalista”.

Na primeira sessão do Seminário, Alberto Acosta começou por enumerar e contextualizar muitas das posições críticas que têm surgido, na América Latina e noutros pontos do mundo, em oposição aos conceitos de progresso e de desenvolvimento, equacionados numa vertente estreitamente ligada ao crescimento económico e medidos pelos rendimentos e não pela felicidade das populações. Face a uma crise que Acosta apelidou de “sistémica, multifacetada, sincronizada e ideológica”, que é simultaneamente económica, alimentar, energética e ambiental, o economista comenta que o “*Sumak Kawsay* ou *Buen Vivir*” é uma das buscas de “alternativas ao neo-liberalismo” que estão a ser postas em prática um pouco por todo o planeta.

O nascimento desta proposta está intrinsecamente ligado com as lutas dos povos sobretudo do Equador e na Bolívia, cujas reivindicações históricas se ligam ao direito à diversidade e plurinacionalidade, mas também ao reconhecimento dos direitos da Natureza sendo, por isso, uma crítica eminentemente ambiental e ecológica. A Natureza é uma entidade com direitos⁷, que engloba também o ser humano, em vez de ser exterior a este.

Na perspetiva de Acosta, a defesa do “desenvolvimento” de modelo ocidental em países como o Equador pode ser ilustrado com discursos como o de Harry Truman, na sua tomada de posse como Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), a 20 de janeiro de 1949. Neste, Truman, cunhando o termo “subdesenvolvimento”, declarava que “é necessário lançar um novo programa que ponha as vantagens do nosso avanço científico e do nosso progresso industrial ao serviço do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais de metade das pessoas em todo o mundo vive em condições próximas às da miséria. Não têm muito que comer. São vítimas de doenças. A sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas”.

⁷ A Constituição equatoriana de 2008 reconhece os Direitos da Natureza, ou *Pacha Mama*, ou seja, “entende a Natureza como sujeito de direitos e acrescenta a isto o direito a que [a Natureza] seja restaurada de maneira integral quando for destruída”, in “*Sumak Kawsay – Buen Vivir, una oportunidad para imaginar otros mundos*”, Alberto Acosta. Esta obra encontra-se disponível para consulta no [Centro de Documentação](#) do CIDAC.

As políticas seguidas a partir de então, no entanto, deixaram um rasto de desigualdade e destruição. Acosta cita, por exemplo, o economista Branko Milanovic, do Banco Mundial (2013), para lembrar que os “1% mais ricos do mundo possuem quase metade dos ativos” e viram a “sua fortuna aumentar 60% entre 1988 e 2008”, enquanto que, no mesmo período, “os 5% dos habitantes mais pobres não experimentaram nenhuma variação”. Além disso, acrescenta, “o mundo encontra-se face a uma severa crise ambiental”.

A busca de alternativas no Equador

Contextualizando, Alberto Acosta já tinha referido as lutas, desde os anos 1990, dos indígenas, que se afirmaram, em alguns países da América Latina, “já não como objeto da política, mas como sujeito político”. Agregando embora alguns setores da esquerda, mas também “setores como o sindical, feminista” e outros, a “busca de alternativas” surgiu, sobretudo, de “grupos tradicionalmente marginalizados”. Hoje, defendem ideias como a “harmonia entre os seres humanos”, a “harmonia com a Natureza” e o “resgate do que é público”, visto não necessariamente como uma apropriação de bens pelo Estado mas numa perspetiva em que “a solução é o comunitário”⁸, descreve o professor.

Outros temas que pauteiam as propostas do *Buen Vivir* são a diversidade, numa herança de séculos de “colonialidade do poder” em que “se negava aos indígenas o direito à sua cultura, branqueando a sociedade”, as “equidades” negadas “pelo capitalismo” e a “plurinacionalidade”, que as Constituições das Repúblicas do Equador e da Bolívia garantem, embora Acosta afirme que “na Bolívia se caminhou mais” neste sentido.

Uma das perguntas dos participantes nesta primeira sessão do Seminário questionava as relações externas do Equador, no contexto da realização das propostas do *Buen Vivir*. “Como encara a questão do Mercosul?”. Acosta aproveitou para fazer uma breve análise de várias tentativas de “integração na América Latina”, concluindo que estas sempre foram vistas como “uma resposta para entrar no mercado mundial”, numa perspetiva neo-liberal e, muitas vezes, extrativista. Algumas propostas de integração parecem “mais interessantes” ao professor, que dá como exemplos o Banco do Sul (para projetos de desenvolvimento) ou o Fundo do Sul e o Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE). Porém, Acosta não deixa esquecer que estas tentativas visam o aumento da riqueza dos países, frisando que “ter mais não significa mais felicidade” e lembrando o exemplo de Ghandi, quando incentivou “cada pessoa a produzir a sua própria roupa para romper com o poder britânico”.

Já no segundo dia do Seminário, muitos participantes mostraram uma curiosidade quase insaciável perante a atualidade no Equador. O processo participativo que levou à Assembleia Constituinte de 2007 e à Constituição de Montecristi foi alvo de várias perguntas, com Acosta a lembrar a ocupação por elementos das comunidades indígenas da Universidade Salesiana em 2001 como exemplo da “procura de consenso constante” destas comunidades e a comentar que “nunca haverá excesso de democracia”. Perante mais pedidos de contextualização, Acosta recordou os meses de maio e junho de 1990, quando se deu a génese do “levantamento indígena” e o ano

8 Da apresentação [“Buen Vivir, Lisboa”\(8 e 9 de Novembro de 2013\)](#), cedida por Alberto Acosta ao CIDAC

de 1996, quando “se estabelece um movimento partidário, o Pachakuti⁹”, que, nas eleições seguintes, alcança apenas 3% dos votos.

Um dos fatores que contribuiu, no passado, para a fraca participação política e eleitoral das comunidades indígenas foi o grau de “analfabetismo muito alto entre os indígenas”, que ainda hoje chega a atingir os 20% em algumas regiões e “é muito mais elevado nas mulheres do que nos homens” o que está ligado, comenta Acosta, a uma tentativa de preservação das “culturas orais” das comunidades. Após a entrada em vigor da Constituição de Montecristi, as universidades tiveram direito a “recursos do Estado e autonomia, mas este Governo está a limitar essa autonomia, com uma lei que não é completamente constitucional”, considera Alberto Acosta. Sobre o mesmo tema, Acosta salienta ainda que “acaba de fechar portas uma Universidade indígena porque a avaliaram com os mesmos critérios que usariam para uma escola ocidental” e que “há planos para encerrar muitas escolas comunitárias”.

⁹ Este partido-movimento foi dissolvido em 2006.

O papel da cidadania e da comunidade, as práticas do *Buen Vivir*

Ainda durante a primeira sessão do Seminário, Alberto Acosta destaca que “há alguns princípios que devem tomar-se em conta para se organizar uma vida em sociedades pautadas pelo *Buen Vivir*, como a solidariedade e a reciprocidade”. Estas são práticas “comunitárias” e que “não estão centradas no mercado”, sendo também “sempre muito territorializadas” e protegendo “a riqueza da terra”, o que “implica rituais relacionados com os ritmos da terra”.

Alguns exemplos destas práticas são transnacionais. Alberto Acosta menciona a ‘mingua’, um sistema de organização em que “todos, em conjunto, trabalham em comunidade”, quando se constrói algo que beneficiará a comunidade, e uma das participantes no Seminário acrescenta que “no Brasil chamam “mutirão” ao mesmo tipo de prática. A “uniguilla” é outro exemplo, representando “relações solidárias e recíprocas” em que as pessoas “trocam produtos”, sem utilizar dinheiro, de uma forma que “não é direta nem imediata”, descreve Acosta. Uma lista mais extensa destes sistemas de “relacionamento económico” da comunidade indígena é citada na obra já mencionada do economista e professor, analisada pelos participantes do Círculo de Leitura.¹⁰

Alberto Acosta refere também que a redistribuição da riqueza é “permanente” na comunidade indígena, através da nomeação de um “padrinho ou prioste”, usualmente da “família que mais acumulou nesse ano” e que tem como obrigação organizar a festa anual, ficando responsável por comprar “as aves e os porcos que todos comem”. Outro ponto fundamental ainda é a “justiça indígena”, segundo a qual, defende o professor, “a comunidade julga quem comete uma infração”, tendo como ideal “a recuperação e não a repressão”. É a mesma comunidade que “castiga [o infrator] e o reintegra”. Alberto Acosta destaca “o tema da despatriarcalização”, salientando que “há machismo na comunidade indígena”, mas lembrando que é por isso que são importantes discussões como a que se tinha gerado, algumas semanas atrás, sobre a despenalização do aborto, sobre a qual “o presidente [Rafael Correa] se recusa a falar”.

O papel da cidadania, dentro desta comunidade e dentro do Estado, é sublinhado por Acosta. “O Estado plurinacional e multicultural”, plasmado nas Constituições equatoriana e boliviana, “tem de partir da cidadania, deve ser um outro tipo de Estado, onde a participação não se esgota nas eleições”, sustenta. Apesar dos “avanços” que representaram estas Constituições, Alberto Acosta sublinha que “há que construir a partir da prática, e não dos escritórios dos académicos, as soluções” para uma nova sociedade e uma nova economia.

10 Relativamente a este ponto, Alberto Acosta cita duas referências, “os trabalhos de Quisantuña Sisa (2011) ou de la Torre y Sandoval (2004)”, e ainda agradece “os comentários de Yuri Guadinango”.

Construir uma economia solidária

A sociedade de *Buen Vivir* não pode ser construída, porém, sem levar em conta uma mudança radical na economia. Alberto Acosta lembra o conceito de “frugalidade feliz”, de Pierre Rabhi¹¹. Como atingir, no entanto, a suficiência, questiona o professor e economista, e “como viver bem com o que tenho”? Ligadas a estas questões, Acosta levanta as problemáticas do “papel do Estado” e do “mercado”, nomeadamente do mercado capitalista.

Alberto Acosta opina que “o Estado ainda tem muito a fazer, mas não deve fazer tudo”. No caso concreto do Equador, marcado durante décadas por políticas neo-liberais que preconizavam um Estado mínimo, sem intervenção no mercado capitalista e dominado por este (o que, neste contexto específico, significava a preponderância do poder da indústria extrativista), “queríamos ter mais Estado”, recorda Acosta. A evolução política dos últimos anos leva o professor e economista a sustentar que este Estado foi agora longe demais, com medidas como a proibição de venda de álcool ao domingo, ligada às convicções religiosas (católicas) do presidente Rafael Correa. O “Estado que queremos é um Estado plurinacional”, insiste. Nessa ótica, é impossível separar a problematização do Estado do “papel da sociedade”, já que “como cidadãos e cidadãs devemos controlar o Estado e como consumidores e consumidoras devemos controlar o mercado”.

Alberto Acosta distingue, assim, “o mercado que já existia antes do capitalismo e que, enquanto construção social, é importante”, enquanto espaço social e de trocas. Realça, contudo, que “o mercado não deve intervir em certas questões”, exemplificando com a privatização da água, impedida, no Equador, pela Constituição de Montecristi¹².

11 “Sempre me foi difícil definir ou descrever a frugalidade, de tal forma a sinto há muitos anos. Torná-la uma opção de vida já é muito, mas ainda fica longe de revelar toda a subtileza deste conceito. Pode ser considerada uma postura deliberada de protesto contra a sociedade de consumo; é, neste caso, uma forma de resistência declarada ao consumo desmesurado. Pode ser justificada pela necessidade de contribuir para a equidade, num mundo onde coabitam a superabundância e a miséria.”, in *Vers la sobriété heureuse*, Pierre Rabhi, Ed. Actes Sud, Arles, 2010

12 “TÍTULO II: DERECHOS (1)

b) Capítulo segundo: Derechos del buen vivir

Sección primera: Agua y alimentación

Art. 12.- El derecho humano al agua es fundamental e irrenunciable. El agua constituye patrimonio nacional estratégico de uso público, inalienable, imprescriptible, inembargable y esencial para la vida. (...)

TÍTULO VII: RÉGIMEN DEL BUEN VIVIR

b) Capítulo segundo: Biodiversidad y recursos naturales

Sección sexta: Agua

Art. 411.- El Estado garantizará la conservación, recuperación y manejo integral de los recursos hídricos, cuencas hidrográficas y caudales ecológicos asociados al ciclo hidrológico. Se regulará toda actividad que pueda afectar la calidad y cantidad de agua, y el equilibrio de los ecosistemas, en especial en las fuentes y zonas de recarga de agua.

Criticando a perspetiva clássica que defende o “desenvolvimento” ou o crescimento económico como fim último da sociedade (citando Max Neef¹³ e Amartya Sen¹⁴), Acosta acrescenta que “a economia deve estar subordinada à Natureza, da qual nós fazemos parte”. Este, frisa, “é um ponto fundamental”, já que “há que passar de visões antropocêntricas a visões biocêntricas”. Em concreto, prossegue, a economia deve transformar-se para dar lugar a “economias mistas”, que compreendam “a economia do Estado, a economia capitalista privada, e a economia popular e solidária”. Se, “a prazo, estas devem ser articuladas para construir um novo sistema económico social e solidário”, por agora o sistema ainda está configurado segundo o “princípio capitalista do indivíduo”, que utiliza os conceitos de liberdade e de competição para levar a crer que “dos benefícios individuais virão os resultados positivos para a sociedade”. Alberto Acosta acredita, porém, que “isto é o que há que superar”.

A proposta do *Buen Vivir*, neste sentido, procura encontrar um equilíbrio em que “não existam pobres” mas, simultaneamente, “também não deve existir opulência”. Trata-se de criar uma sociedade dentro dos limites da pobreza, da sustentabilidade e da opulência. “Há práticas, nas comunidades indígenas, onde isso é uma realidade”, assegura Alberto Acosta. A nível global, “porque “é intolerável que a fome no mundo” coexista com disparidades enormes, “é preciso potenciar a questão da soberania alimentar”, considera o professor e economista. Acosta enumera ainda as temáticas dos subsídios à indústria petrolífera, a importação de tomates do Chile para a União Europeia e a imposição de sementes controladas dentro das fronteiras da União Europeia para concluir que “os camponeses devem ter o direito a controlar a sua produção e os consumidores devem ter o direito a controlar o que consomem”.

Antes de começar o segundo dia do Seminário, Alberto Acosta teve a oportunidade de observar uma experiência que ocorre todas as sextas e sábados na sede do CIDAC e que considerou um exemplo das “respostas práticas que estão a estabelecer-se nas cidades”, onde “estamos longe da Natureza” e pode ser mais difícil exercer o direito ao controlo sobre o consumo. No espaço da Loja de Comércio Justo que pertence ao CIDAC, produtoras da rede de proximidade PROVE vendem cabazes de legumes e frutas à sua rede de clientes. Além deste “caso concreto do que podemos fazer”, Alberto Acosta sugere que também nas cidades se organize “uma minga”. Em relação aos “orçamentos participativos”, Acosta sustenta que “há

La sustentabilidad de los ecosistemas y el consumo humano serán prioritarios en el uso y aprovechamiento del agua.

Art. 412.- La autoridad a cargo de la gestión del agua será responsable de su planificación, regulación y control. Esta autoridad cooperará y se coordinará con la que tenga a su cargo la gestión ambiental para garantizar el manejo del agua con un enfoque ecosistémico.” In *Constituição da República do Equador*, 2008

13 Uma das principais obras deste autor chileno é [Desarrollo a Escala Humana, Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones](#), Manfred A. Max Neef com colaborações de Antonio Elizalde e Martín Hopenhayn, Edições Nordan Comunidad, 1993

14 O economista e prémio Nobel indiano Amartya Kumar Sen critica o utilitarismo da sociedade capitalista, determinado pela sujeição desta à economia de mercado.

progressos”, em cidades como Lisboa e Porto Alegre, “mas o processo não é verdadeiramente participativo e não transforma o que pensamos”, além de que “pode também não ser comunitário”.

Ainda sobre a economia no contexto do *Buen Vivir*, face a uma pergunta de um participante no Seminário, Alberto Acosta acrescenta que o conceito de *Sumak Kawsay* está a ser atacado “todos os dias”, e que o modelo económico “que inspira agora o Governo equatoriano é o de Singapura ou da Coreia do Sul”, o que o professor e economista entende como uma prova de que “não há coerência” nesta área.

Para Acosta, há “algumas ideias”, ainda não soluções completamente elaboradas, a pôr em prática. A primeira da lista seria a “redistribuição da terra e da água”, de modo a assegurar a igualdade de acesso a estes recursos, o que significa que “em alguns casos, terá de se expropriar”. Outras medidas mencionadas por Acosta são as “indispensáveis políticas fiscais e tributárias” que compreendem um “imposto progressivo” sobre “as empresas” e “repensar o mundo do trabalho e redistribuir o trabalho”, o que implica “uma outra forma de organizar a sociedade”.

Entrevista a Alberto Acosta:

“Esta é uma crise sistêmica e multifacetada do capitalismo”

Após as eleições presidenciais deste ano (fevereiro de 2013), como se pode caracterizar a situação política no Equador e como vê o futuro político do país?

Com as eleições de fevereiro de 2013, consolida-se uma proposta de Governo que se distanciou do que eram as propostas do processo revolucionário que nasceu nos anos 2006-2007, que tinha muitas opções e que criou muitas expectativas e esperança. Acreditou-se na possibilidade de uma transformação radical, uma transformação democrática e pacífica. Lamentavelmente, sete anos depois, não há transformação radical, não se consolidou a prática democrática. Há um Governo cada vez mais personalista e cada vez mais autoritário. Temos um Presidente da República [Rafael Correa] que foi paulatinamente aumentando o seu poder e que se apresenta como o portador da vontade política coletiva. Crê conhecer todos os problemas e saber todas as exigências da sociedade. Na mesma perspectiva, acredita conhecer também todas as respostas. Assim, há a construção de uma espécie de *caudillo*¹⁵, um *caudillo* do século XXI, tecnocrata. Não digo que não tenha boas intenções mas, na prática, o que está em curso no Equador não vem da essência do *Buen Vivir*, mas da essência tradicional do “desenvolvimentismo”. E continua, de forma acelerada, no trilho do extrativismo. Não é no [Governo do] Equador que se constrói o espírito do socialismo do século XXI, mas sim o do extrativismo do século XXI, com algumas características próprias, com elementos que há que respeitar como positivos se compararmos com o que havia anteriormente. Mas isto, por mais que existam coisas positivas como a redução da pobreza, não nos permite chegar a ter uma expectativa otimista face ao momento atual.

Onde encontra essa esperança?

A esperança, há que construí-la! Creio que o povo equatoriano deu muitas provas da sua capacidade para enfrentar momentos difíceis e complexos e para continuar a estimular as transformações. O que foi aprovado na Constituição de 2008, o que se avançou nos primeiros anos do que agora apelidamos a “revolução cidadã”, não se deveu a termos um Presidente da República inteligente, trabalhador, com boas intenções, mas antes a haver todo um processo acumulado. E aqui temos de fazer finca-pé. O mundo não começou com o novo presidente, com o atual presidente, mas

15 O termo *caudillo* passou a ser utilizado, a partir do século XIX, para se referir aos ditadores que se estabeleceram no poder após as independências dos países da América Latina, geralmente generais ou grandes “terratenentes” apoiados por um poder europeu ou dos EUA. Alguns exemplos foram Juan Manuel de Rosas e Juan Facundo Quiroga na Argentina, Gabriel García Moreno no Equador, Antonio Lopez de Santa Ana e Porfirio Díaz no México e Rafael Leonidas Trujillo Molina na República Dominicana.

já estava tudo trabalhado. Para pôr isto em termos figurativos: o nosso Presidente da República, por vezes, faz crer que é um relâmpago num céu limpo¹⁶. Mas os céus estavam carregados pelas nuvens de chuva populares, desde há muito tempo, desde os anos 1980-1990. O movimento indígena, sindicalista, o das mulheres, muitos outros, estavam em luta.

No plano internacional, concorda com Immanuel Wallerstein quando diz que, para esta evolução política poder acontecer na América Latina, também contribuiu o crescente afastamento dos Estados Unidos da América em relação à política destes países, nas últimas décadas¹⁷?

Creio que isso faz parte do processo histórico de acumulação das lutas e dos seus resultados. Para entender este Governo e o Equador, neste momento temos de, por exemplo, ver o que foi feito a nível do ALCA¹⁸, o Tratado de Livre Comércio, para o enfrentar, contra os EUA. Houve um processo da sociedade civil para resistir contra o ALCA, contra o TLC¹⁹, contra a presença de forças armadas norte-americanas no Equador, na base de Manta, para enfrentar o tema da dívida externa, para procurar mecanismos que nos permitam sair das correntes com que nos prende o Consenso de Washington, o neo-liberalismo, o FMI [Fundo Monetário internacional] e o Banco Mundial e também para propor alternativas de integração internacional, mas uma integração que não prospera, que tem muitas dificuldades, mas que, enquanto ideia

16 “Un relampago en cielo despegado”, expressão em espanhol no original; algo que surge sem ser esperado.

17 “Esta pérdida del poder de Estados Unidos ha permitido algo importante para América Latina. Wallerstein recuerda que en el pasado cuando los países latinoamericanos tenían gobiernos más o menos de izquierda se producía una intervención casi inmediata. Estados Unidos intervenía algunas veces con el ejército y otras veces con apoyo directo a movimientos de derecha. Pero ahora con las actividades de un país hegemónico en declive, con dos guerras que no ha podido ganar en el Medio Oriente, no tiene la posibilidad de efectuar lo que realizaba en el pasado en América Latina. De un momento a otro la eclosión de gobiernos más o menos de izquierda en América Latina fue una realidad. Las posibilidades de contra-intervenciones han sido esfuerzos fallidos en Venezuela, Argentina, Ecuador, etc., con excepción del pequeño país de Honduras. En general “la debilidad de Estados Unidos es lo que ha permitido que América Latina se convierta en la luz de la izquierda mundial”, remarca Wallerstein.”, in *Wallerstein: pérdida del poder de EEUU permite que América Latina gire a la izquierda*, Roberto Sánchez, fedaeaps.org, Equador, Agosto 2011. Disponível online em: <http://www.fedaeaps.org/diversidades/wallerstein-perdida-del-poder-de>

18 O tratado que define a ALCA, ou Área de Livre Comércio das Américas, (FTAA, na sigla em inglês) começou a ser negociado em 2003, como uma extensão do North American Free Trade Agreement (NAFTA, entre o Canadá, México e EUA, na sigla em inglês). Trata-se de um acordo que visa promover o livre comércio e em que os países do Norte (especialmente os EUA) procuram negociar condições mais favoráveis de entrada nos mercados do Sul e a expansão dos direitos de patentes e propriedade intelectual (o que inclui leis relativas à agricultura e patentes de sementes), enquanto os países do Sul, encabeçados pelo Brasil, procuram, principalmente, o fim dos subsídios aos agricultores dos Estados do Norte. Mais informações aqui: <http://www.globalexchange.org/resources/FTAA>

19 Tratado de Livre Comércio é o designação dada aos tratados bilaterais entre países da América e os EUA, que abriam caminho para a ALCA. Um artigo de Alberto Acosta e outros professores da FLACSO sobre o tema pode ser encontrado em: <http://www.flacso.org.ec/docs/i24varios.pdf>

mobilizadora, esteve presente. Não foram, portanto, apenas os EUA que se distanciaram. Nós [América Latina, sobretudo Cuba, Bolívia, Equador, Venezuela, República Dominicana e Nicarágua²⁰], também enfrentámos os EUA e isso foi positivo. Saúdo que nos tenhamos afastado do Consenso de Washinton²¹, mas vejo com preocupação que estamos a aproximar-nos de um “Consenso de Pequim”. Passámos do que eram imposições de política económica a um esquema de maior dependência em relação à China, através dos créditos, através da entrega de explorações mineiras ou petrolíferas, através da entrega da construção de obras públicas a empresas chinesas, o que fortaleceu a presença da China no Equador e é motivo de preocupação. Parece-me bem que se diversifiquem as relações internacionais, porque não podíamos manter uma dependência tão grande dos EUA, mas não me parece bem que, em primeiro lugar, mudemos simplesmente de eixo de referência e, segundo, que não tenhamos a capacidade de construir outro tipo de relações, em termos qualitativos, com a China. Somos um país que, antes, vendia matérias-primas aos EUA e Europa e agora vende matérias-primas aos EUA, Europa e China. Em termos qualitativos, não vejo nenhuma mudança.

A dívida pública foi fortemente criticada no Equador e defende um Tribunal Internacional da Dívida. Como vê a situação das crises das dívidas públicas nos países europeus?

Há alguns anos, cerca de dez, vinha muitas vezes à Europa, a convite, para falar do tema da dívida externa da América Latina. Recordo que no ano 2000 se realizou toda uma mobilização mundial, sob o mote do Jubileu 2000²². Eu vinha aqui defender soluções, teses e ideias que teriam sido vitais para a América Latina. Agora, muito do que dizíamos nessa época tem uma enorme validade também para a Europa. O que caracteriza a dívida externa, muitas vezes? A falta de transparência. Não se conhecem os termos dos acordos com os quais se adquiriu dívida externa. Não se conhecem as condições que serão impostas com os acordos de dívida externa, nem o que implicam os requisitos de política económica que derivam da renegociação da dívida externa com os países.

20 Estes países opuseram-se ao tratado que estabelecia a ALCA desde o início das negociações formais.

21 “El régimen de Thatcher en el Reino Unido y el régimen de Reagan en los Estados Unidos asumió el liderazgo en la promoción de estas políticas, que fueron denominadas "neoliberalismo" en la teoría y "el consenso de Washington" como política. El Foro Económico Mundial en Davos fue el lugar de promoción de la teoría y el Fondo Monetario Internacional (FMI) y la recientemente establecida Organización de Mundial de Comercio (OMC) se convirtieron en los principales implementadores del Consenso de Washington”, in *Análisis de Sistemas-Mundo- una introducción*, de Immanuel Wallerstein, Siglo Veintiuno Editores, 2006.

[Esta obra de Immanuel Wallerstein encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação do CIDAC](#)

22 O Jubileu 2000 foi um movimento agregador de mais de 40 Organizações Não Governamentais que lutou pelo perdão da dívida externa, baseado no princípio bíblico de que todas as dívidas devem ser perdoadas após 50 anos. Embora a campanha tenha atraído atenções e levado a promessas dos EUA do cancelamento de 769 mil milhões de dólares a países do chamado Terceiro Mundo, o objetivo da anulação da dívida externa continua a ser perseguido por organizações formadas na altura, como a britânica <http://jubileedebt.org.uk/>

E no continente europeu, nomeadamente nos países do Sul...?

Hoje [9 de novembro de 2013], lia uma notícia pequena sobre um funcionário do Governo que dizia que não se podia rever [em alta] o salário mínimo nacional, já que a troika [FMI, Banco Mundial e Comissão Europeia, os credores do resgate financeiro sob o qual Portugal se encontra desde 2011] o proibia. Estas eram as políticas aplicadas na América Latina, vinculadas ao tema da dívida externa. Uma primeira conclusão, para mim, é: como se pode reeditar uma situação semelhante [à da América Latina há dez anos] num continente onde se supõe que exista mais consciência destes problemas? Isto surpreende-me. Outro facto que me chama a atenção é, não só o envolvimento do FMI e a aplicação deste tipo de medidas, que beneficiam sobretudo o grande capital, é o facto de que na Europa não exista a capacidade para aprender. A Europa foi, durante muito tempo, o continente das Luzes. Os conhecimentos científicos e as grandes propostas transformadoras da sociedade partiam da Europa, como os ideais da Revolução Francesa, por exemplo. Claro, a Europa é a Europa porque teve colónias, porque se susteve no trabalho e exploração de outros. Mas aparecia como o continente que iluminava a Humanidade. E os EUA como uma espécie de somatório de várias Europas. O que vemos agora é que, na Europa, não há capacidade para aprender com as experiências de outros e aplicar as que seguimos e deram resultado connosco, nem de aprender com a sua própria História. Creio que este é um dos momentos em que temos de perceber que os europeus e europeias têm de dar resposta aos seus problemas. Oxalá, aprendendo com a História. No caso da Grécia, por exemplo, é preciso lembrar que o país entra na União Europeia manipulando os números, mas não por vontade da sua população. E, logo a seguir, a Grécia é vítima da especulação, sem receber apoio da União Europeia. Há aqui co-responsabilidades que não estão a ser assumidas. É lamentável que os alemães estejam a tratar de forma tão injusta os países do Sul, sem recordar como foram tratados em 1953²³. O que se fez foi gerar condições para que a Alemanha não sofresse uma nova depressão, como tinha acontecido depois da I Guerra Mundial, como escreveu John Maynard Keynes no seu fantástico livro de 1924²⁴ sobre o endividamento externo *As consequências económicas da Paz*. O acordo do pagamento da dívida foi negociado pela comissão alemã, não pelo que seria agora o FMI ou a troika. Todas as dívidas foram analisadas, num processo que durou mais de seis meses, e algumas foram anuladas, desapareceram. Noutras, a taxa de juro baixou, até 0% ou até 5%. Algumas dívidas só acabaram de ser pagas pela Alemanha em 2011, portanto, mais de 50 anos depois. Os países credores comprometeram-se a comprar produtos alemães, para que estes pudessem pagar a dívida. Havia até critérios que não foram aplicados, como a suspensão do pagamento se houvesse um *déficit* comercial, uma quebra no crescimento da economia alemã. O “milagre alemão”, depois da II Guerra Mundial, teve também como apoio este acordo

23 A 27 de fevereiro de 1953, a dívida externa alemã foi renegociada (em parte, perdoada) com os seus credores (nomeadamente, os países contra quem tinha perdido a II Guerra Mundial), num exemplo, segundo Acosta [“do que devia ser tomado como ponto de referência para encontrar respostas claras”](#).

24 NT: O livro citado por Alberto Acosta, *The Economic Consequences of the Peace*, foi publicado pela primeira vez em 1919, depois de Keynes ter estado presente na Conferência de Versailles.

sobre a dívida externa. E não se fala do tema da dívida, que deveria ser um motivo de reflexão nos países do Sul [da Europa], para gerar as condições políticas que lhes garantam um tratamento justo e diferente. Poderia ser, ainda, a grande oportunidade para construir uma espécie de Tribunal Internacional de Arbitragem da Dívida Externa, que deveria ser independente do FMI e do Banco Mundial, porque não vamos deixar aos responsáveis pela crise a solução para a crise, e que permitisse aos países um tratamento que garantisse os direitos sociais [dos povos]. Muito importante seria fazer uma auditoria da dívida externa, algo que não devia ser feito nem pelos devedores nem pelos credores, mas por cidadãos independentes. As dívidas corruptas, usuárias e odiosas, como as que são contraídas por ditadores, devem ser eliminadas. E a capacidade de pagamento do país deve ser calculada sem afetar os direitos sociais.

Acredita que esta é uma crise sistémica, do sistema capitalista?

Sem dúvida alguma, estamos numa nova crise dentro das ondas largas do capitalismo. É uma crise sistémica, mas é uma crise que vem acompanhada de outras características. É uma crise sistémica e multifacetada. Não só é uma crise económica e financeira, como é uma crise social, é uma crise ambiental e uma crise energética, é uma crise alimentar, ética, ideológica, é muito mais complexa. Por isso podemos dizer que, senão é já a grande crise é, pelo menos, um aviso do que será a grande crise civilizacional, que nos obrigará, enquanto seres humanos, a construir algo diferente do capitalismo. O capitalismo é uma civilização, é um sistema de valores ou a civilização da desigualdade, como dizia Joseph Schumpeter²⁵.

E o que poderá ser construído, depois do capitalismo?

Essa é a grande questão porque senão o construirmos, se seguirmos na mesma lógica capitalista, com todos estes problemas, começo a imaginar um futuro muito perigoso, que podia classificar como uma espécie de Idade Média de alta tecnologia. Uma das características da Idade Média era o feudalismo e a existência de burgos. Nessas cidades amuralhadas as pessoas gozavam de proteção, fora delas a proteção não existia. Vivemos o mesmo agora, noutra contexto. A Europa protege-se, impedindo que cheguem pessoas vindas de África nas “pateras”, como em Itália, em Lampedusa. A Europa e os EUA isolam-se. Em outubro de 1989, no século passado, caiu o Muro de Berlim. E outro Muro se elevou, com toda a tecnologia, ao Sul dos EUA, na fronteira com o México. Os burgos estão a formar-se, como na Idade Média. Isto reproduz-se dentro das cidades. Nos países da América Latina, os bairros privados de pessoas com dinheiro isolam-se, com polícia privada e segurança privada, e o resto vai ficando de fora. Outra característica da Idade Média era a ausência de

²⁵ O capitalismo “significa um sistema de valores, uma atitude em relação à vida, uma civilização - a civilização da desigualdade e da fortuna familiar.”, in Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Harper & Row, 1942.

[circulação de] informação. Hoje, temos uma sobrecarga de informação, mas com muito pouco conhecimento do que realmente se passa, já que a maioria da informação que circula não é suficiente nem relevante para fazer as transformações necessárias. E se antes existia a ideia de um mundo melhor que se plasmava no paraíso [cristão], hoje temos algo similar na lógica do FMI e do Banco Mundial, que cumprem um papel semelhante ao que cumpria a Igreja católica: não há alternativas, há que aplicar estas medidas, porque, desta forma, um dia, vamos sair da crise e vamos estar melhor.

Perante esta crise sistémica, temos uma resposta dos países que considerávamos periféricos (face ao centro, a Europa e EUA), o *Buen Vivir*. Como vê essa resposta a nível global?

Não apenas na periferia, mas em muitas partes do mundo, há uma procura de alternativas. Nos momentos mais duros e complexos da crise, há sempre esperança. Os seres humanos não são passivos. Por mais difícil que seja a situação, as pessoas vão encontrando respostas e alternativas. Nós [no Equador] estamos a enfrentar o extrativismo e estamos a fazer propostas pós-extrativistas e pós-desenvolvimentistas e no Norte [na Europa e EUA] falamos de pós-crescimento. Creio que são duas faces da mesma moeda. O pós-crescimento vai representar, naturalmente, uma menor procura de matérias-primas, que terá de refletir-se numa menor produção de matérias-primas. Este tipo de discussão é comum. O mundo tem de enfrentar os temas locais e, cada vez mais, os temas globais. A questão da imigração é um tema global, ou as questões monetária, financeira, ambiental... E as respostas terão de ser globais. Algumas dessas respostas, por exemplo, são a eliminação dos paraísos fiscais, ou pensar num novo sistema monetário mundial, que pode ser uma coordenação de vários sistemas regionais, ou até uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza, com a criação de um tribunal Internacional para sancionar os crimes ambientais globais... Paulatinamente, há que construir instâncias globais onde se possam processar democraticamente queixas e tornar possíveis propostas globais. Sem esquecer que o terreno básico é o local.

Conclusões

O Seminário contou, para além de Alberto Acosta, com a participação ativa de membros do CIDAC, estudantes, ativistas de diversas áreas, académicos e académicas, alguns e algumas das quais tinham estado também no Círculo de Leitura. Do conjunto de participantes destacou-se uma estudante que tinha permanecido no Equador durante um ano com o grupo Guardiães de Sementes, trabalhando “com uma comunidade que tinha um projeto de reflorestação”, o que levou a uma partilha de experiências relacionadas com a agricultura orgânica ou biológica e o “ativismo no espaço urbano”, como referiu Acosta.

Acosta vê a agricultura numa perspetiva “não a partir da produtividade”, mas como algo importante para a “soberania alimentar”, lembrando que “o desenvolvimento destes projetos se dá em conflito com a indústria extrativista”. O conceito de desenvolvimento que o *Buen Vivir* rejeita é defendido com armas, como, por exemplo, em Instag, onde “a base produtiva de café da zona foi destruída”, segundo o economista e professor, numa batalha entre paramilitares ao serviço da Cooper Metals e a comunidade, ou em Sarayaku, onde parte da 1,4 tonelada de dinamite que a Shell enterrou ainda não foi retirada, apesar da resistência da comunidade, “que elaborou uma espécie de Plano de Vida” a partir dos princípios do *Sumak Kawsay*.

As resistências que os equatorianos têm levantado face aos poderes extrativistas e neo-liberais suscitaram também grande parte das perguntas dos e das participantes, que procuravam, por vezes, aplicar as respostas a outros contextos. Acosta lembrou que também no Equador grande parte da população vive em cidades, onde “há que encontrar respostas em cada bairro para controlar a nossa vida”, seja nas escolas, nos bares, nos espaços para a juventude, em hortas comunitárias, no “uso da água comunitária”, na energia, na polícia, e onde “as pessoas têm de apropriar-se do espaço público”.

Reforçando sempre o papel dos cidadãos na participação comunitária e política, Alberto Acosta ainda respondeu a perguntas sobre a economia do *Buen Vivir*, um tema que mereceu a atenção dos e das participantes. Acosta sublinhou que não tem “soluções, mas algumas ideias”, referindo que “uma questão fundamental é a reforma agrária já que, por exemplo, no caso do Equador, 60% dos camponeses controlam 6,4% das terras”, o que significa que “não há igualdade”.

As perspetivas de debate alargaram-se, assim, do que poderia ser uma discussão centrada numa “alternativa vinda da periferia” para um diálogo generalizado sobre uma “alternativa global” baseada nos princípios do *Buen Vivir*. Alberto Acosta concluiu o Seminário assinalando que as experiências equatorianas geraram “propostas políticas”, mas que o processo de transformação da sociedade “se faz a longo prazo”.